

Síndrome da parentela geopolítica: os impasses da lusofonia no mundo globalizado

José Marques de Melo*

Resumo

A metáfora enunciada como “síndrome dos países parentes” por Samuel Huntington, explicando o “choque de civilizações”, ajuda a entender os impasses da Lusofonia, no início do século XXI. Nesse contexto, são pensadas estratégias contra-hegemônicas da comunidade luso-tropical no campo acadêmico-midiático para enfrentar os desafios da Globalização. Texto baseado em pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Ciências da Comunicação. Lusofonia. Globalização. Hegemonia. Contra-hegemonia

Relative countries syndrome: The Lusophonian challenges in a globalization world

Abstract

The metaphor of the “relative countries syndrome” shaped by Samuel Huntington to explain the “civilization clash” can be useful for understanding Lusophonian challenges in this early morning of the XXI century. From this starting point some ideas are raised on luso tropical community strategies in order to face globalization process in the media scholarly field. Text based on bibliographic research.

Key words: Communication Sciences. Lusophone Space. Globalization. Hegemony. Contra hegemony.

* Professor Emérito da Universidade de São Paulo e Diretor da Cátedra UNESCO de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. Presidente da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (1998-2002) e da Confederação Ibero-Americana de Associações Científicas de Comunicação (2009-2011). Foi vice-Presidente da International Association for Media and Communication Research (1992-1996) e presidente da Asociación Latinamericana de Investigadores de la Comunicación (1989-1992). E-mail: marquesmelo@uol.com.br

Síndrome de los países parientes: Los retos de la Lusofonia en el mundo de globalización

Resumen

El “síndrome de los países parientes”, metáfora creada por Samuel Huntington para explicar el “choque de civilizaciones”, puede ser útil para comprender los retos de la Lusofonia en el inicio del siglo XXI. Este es el punto de partida para evaluar las estrategias de la comunidad académica luso-tropical del campo mediático en el proceso de globalización. Texto basado en investigación bibliográfica.

Palabras clave: Ciências de la Comunicación. Lusofonia. Globalización. Hegemonía. Contrahegemonía.

Diversidade

Dois proeminentes estadistas de Portugal e do Brasil, quando desafiados a refletir politicamente sobre as alternativas da Lusofonia para enfrentar as turbulências da globalização, não hesitaram em tomar como referência o “inevitável choque das civilizações” previsto por Samuel Huntington, no momento em que a “nova ordem mundial” se impôs na esteira da “guerra fria”.

Esse diálogo paradigmático constitui o ponto de partida para as reflexões contidas no presente texto.

Enquanto Mário Soares identifica a “desregulamentação econômica das próprias sociedades” como problema crucial, argumentando que “os grupos econômicos tem o poder de se sobrepor aos próprios Estados”, Fernando Henrique Cardoso sugere que o “inaceitável” é a “predominância americana”, advertindo: “o caminho para evitar tal tendência é a formação de regiões integradas” (CARDOSO; SOARES, 1998, p.247)

O ex-presidente português tem clareza da “chamada crise do milênio”. Em função disso, conclui que nossa sociedade, “à falta de instituições mundiais capazes de enquadrar as profundas transformações que estão em curso”, carece não só de “valores”, mas também de “confiança no futuro”. O ex-presidente brasileiro reivindica “mais diversificação cultural” neste mundo que se globaliza velozmente. “O que vai permitir a sobrevivência dos nossos países será a sua diversidade cultural e a capacidade para a preservar ” (CARDOSO; SOARES, 1998, p.251)

Identidade

O que fazer para dar conta desse legado emblemático? Não se trata de empreendimento tão simples como parece à primeira vista. Por isso, torna-se conveniente anotar algumas advertências feitas pelos cientistas sociais.

Por exemplo, o historiador inglês Eric Hobsbawm (1995, p.13) observa sutilmente que “um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX” tem sido “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas”.

Sua explicação é contundente. “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer ligação orgânica com o passado público da época em que vivem”.

A principal consequência disso é a “despolitização” das sociedades nacionais. “No fim do século, um grande número de cidadãos se retirava da política”, enfraquecendo a “identificação coletiva com seu país”, a não ser por intermédio dos “esportes nacionais, de equipes e símbolos não políticos” (HOBSBAWN, 1995, p.558).

Se é certo que o século XX simboliza a “era dos extremos”, cuja duração vai da primeira guerra mundial ao fim da guerra fria, ou melhor, de 1914 a 1991 (HOBSBAWN, 1995, p.13), também é correto afirmar que começamos a viver a “era multicivilizacional” vaticinada para o enigmático século XXI (HUNTINGTON, 1997, p.18).

Simbolismo

Dois episódios fortuitos simbolizam o fim de uma era e o começo da outra. O ocaso do século XX foi ilustrado por Hobsbawm (1997, p.12) por meio de acontecimento protagonizado por François Mitterrand na zona conflagrada dos balcãs, com a intenção de resgatar o valor da memória histórica.

Em 28 de junho de 1992 o presidente Mitterrand, da França, apareceu de forma súbita, não anunciada em Sarajevo, que já era o centro de uma gue-

rra balcânica que iria custar 150 mil vidas no decorrer daquele ano. Seu objetivo era lembrar à opinião pública mundial a gravidade da crise bósnia. (...) Por que o presidente da França escolhera aquele dia específico para ir a Sarajevo? Porque 28 de junho era o aniversário do assassinato, em Sarajevo, em 1914, do arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria-Hungria, ato que em poucas semanas levou à eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Já o advento do século XXI foi exemplificado por Huntington (1997, p.17) por meio de um fato inusitado que ocorreu, dois anos depois, no mesmo cenário histórico.

Em 18 de abril de 1994, duas mil pessoas se concentraram em Sarajevo, agitando bandeiras da Arábia Saudita e da Turquia. Ao desfaldarem essas bandeiras, em vez das da ONU, da OTAN ou dos Estados Unidos, esses habitantes de Sarajevo se identificavam com seus companheiros muçulmanos e indicavam ao mundo quem eram seus verdadeiros amigos, bem como os não muito verdadeiros.

Enquanto o primeiro fato denuncia a cortina de fumaça que torna opaca a memória histórica, o segundo ilustra a revalorização das identidades culturais, no mundo pós-guerra fria.

Segundo Huntington (1997, p.18), “as bandeiras são importantes e o mesmo ocorre com outros símbolos de identidade”, configurando um autêntico paradoxo, ao fundir o que parecia antagônico. “As pessoas estão descobrindo identidades novas, e no entanto antigas, e desfilarão sob bandeiras novas, mas frequentemente antigas, que conduzem a guerras contra inimigos novos, mas frequentemente antigos”.

Da mesma forma que isso acontece com as pessoas, na base da sociedade, a reconfiguração cultural da política mundial se faz por meio da busca de agrupamentos identitários.

Os povos e os países com culturas diferentes estão se juntando. (...) As fronteiras políticas estão sendo cada vez mais desenhadas para coincidir com as fronteiras culturais, étnicas, religiosas e civilizacionais. As comunidades culturais estão substituindo os blocos da Guerra Fria (Huntington, 1997, p. 153).

Seu impacto no campo comunicacional foi, aliás, percebido com sutileza pelo professor Francisco Balsemão (1996, p.43) em

recente colóquio destinado a questionar o desenvolvimento da sociedade da informação na “periferia atlântica”.

[...] na era da informação, a pessoa cria laços tribais, a nível das afinidades de cultura ou de moda ou de consumo, com pessoas humanas de outros povos e de outros continentes. A sociedade civil organiza-se para além das fronteiras. Ao mesmo tempo, o individualismo cresce. O direito à diferença é um dos novos direitos.

Globalização

Antes de focalizar as estratégias contra-hegemônicas demandas pela nossa comunidade no campo acadêmico-midiático, faz-se necessário voltar à questão da globalização, marco referencial do nosso debate.

O conceito de globalização, apesar da capilaridade do vocábulo e da popularidade do fenômeno, continua a provocar controvérsia no ambiente intelectual. Ortiz (1994, p.7) explica que a “emergência de uma sociedade global” ainda não encontrou legitimidade no pensamento acadêmico porque “as ciências sociais parecem se intimidar diante de um objeto desta magnitude”.

Hachten (1987, p.9) entende que a globalização é fruto da “revolução tecnológica” responsável pela circulação instantânea das notícias em todo o planeta. O jornalista norte-americano diz que o fenômeno teve início no dia 20 de julho de 1969, quando “um número estimado de 600 milhões de pessoas em todo o mundo viram como Neil Armstrong dava o primeiro passo sobre a lua”.

Mattelart (2005, p.19-25) diverge, afirmando que a mundialização é produto da “cultura do espetáculo” inaugurada em 1889 pela *Exposição Universal de Paris*. A encenação feita pelo “jornalista Carwford, auxiliado pelo ator Note Salisbury, da trupe de Buffalo Bill, com seus *peles vermelhas* e seus búfalos”, (...) tornou-se “capa do número de 22 de junho do semanário *L`Illustration*”, despertando a curiosidade pública para o excêntrico, bizarro ou diferente.

Na literatura brasileira, a questão é matizada por variáveis de natureza metodológica. Numa perspectiva histórica, Andrade (2002, p.30-31) assegura que “a globalização é apenas uma fase da evolução do capitalismo, iniciada com a expansão europeia

no mundo, a partir do século XV, e ainda não concluída. (...) A globalização procura se aprofundar eliminando resistências e dominando paulatinamente a superfície da Terra”.

Do ponto de vista antropológico, “a globalização é um fenômeno emergente, um processo ainda em construção (...) pressupondo distanciamento para (...) o entendimento da mundialização da cultura (ORTIZ, 1994, p.15-21).

Expressando a posição da sociologia, Ianni (1995, p.11) diz que “a globalização está presente na realidade e no pensamento, desafiando grande número de pessoas em todo o mundo. A despeito das vivências e opiniões de uns e de outros, a maioria reconhece que esse problema está presente na forma pela qual se desenha o novo mapa do mundo, na realidade e no imaginário”.

Também este é o ponto de partida da economia política para evitar a “fetichização do fenômeno”, de acordo com a ótica da “ideologia neoliberal”, pois, como reivindica Bolaño (1999, p.73), a “chamada globalização é um elemento da atual transformação do sistema capitalista em âmbito mundial”.

Não podemos absolutamente perder de vista o papel que, nesse processo, desempenha a Comunicação, cujas técnicas e suas práticas implantam-se progressivamente sobre o conjunto do planeta ou quase, acompanhando a generalização do capitalismo. Vale a pena insistir, como o faz Miége, (1999, p.13), que “a Comunicação, evidentemente, corresponde a um movimento largamente transnacional, e eis porque não se hesita, (...) em considerar que ela participa da tendência à globalização”.

Mas a Comunicação não opera no vazio e não raciocina abstratamente. Trata-se de um fenômeno espacialmente localizado, cuja dinâmica depende de fatores geoeconômicos ou socioculturais, de natureza local, nacional ou regional.

Impõe-se a esta altura a questão principal? E como tais variáveis se configuram no espaço lusófono?

Lusofonia

Lusofonia é um conceito polissêmico, que significa “espaço geo-linguístico” ou “memória de um passado comum”, mas tam-

bém abarca as idéias de “sentimento”, “cultura”, “história partilhada”, “patrimônio simbólico”. Trata-se, rigorosamente, de uma “construção complexa”, como preferem dizer Moisés Martins e seus colegas da Universidade do Minho (MARTINS, SOUSA; CABECINHAS, 2007, p.309).

Inventariando os significados correentes, Pim & Kristensen (2007, p.311) sugerem que a Lusofonia é uma “ideia mágica”, não indo além da compreensão determinada pela língua portuguesa, exatamente por se tratar de um “continente imaterial disperso pelo mundo”.

Numa prévia exploração desse espaço lusófono, já havíamos esboçado um sentido peculiar, com a etiqueta apropriada: “comunidade cultural sem fronteiras físicas”.

Seus integrantes não desfrutam de contigüidade territorial, como ocorre nas tentativas contemporâneas de nucleação econômica. Trata-se de um agrupamento cimentado por motivações nitidamente comunicacionais, sem dúvida alentadas pela pujança da indústria cultural lusófona, cujos produtos estão circulando no triângulo Brasil-Portugal-Palops. Mas também estão presentes em todas as partes do mundo atual, difundidos pelos circuitos audiovisuais, preservando as rotas Norte-Sul dos pioneiros navegadores lusitanos, porém abrindo novos horizontes nos rumos Sul-Norte e Sul-Sul (MARQUES DE MELO, 1995, p.22).

Herança do pós-colonialismo, a ideia de Lusofonia remete a duas esferas distintas: a mítica – configurando um “fenômeno discursivo de representação social com uma lógica social específica” (PIM; KRISTENSEN, 2007, p.312) – ou a pragmática - “subordinada a funções práticas e orientada para a produção de efeitos sociais” (MARTINS, SOUSA; CABECINHAS, 2007, p.308).

Dentre os efeitos vislumbrados pelo Grupo do Minho está o “combate simbólico” ensejado pela globalização em espaços periféricos como são os casos de Moçambique e Timor Leste. No primeiro caso, Moçambique defronta-se com um tensão entre duas possibilidades: integrar-se ao espaço lusófono ou ao espaço anglófono. No segundo caso, Timor vacila entre três caminhos de “vida imaginária”: o lusófono, o anglófono e o indonésio (MARTINS, SOUSA; CABECINHAS, 2007, p.308).

Não se pode negar que estamos revivendo aquela utopia luso-tropical acalentada por intelectuais brasileiros, portugueses e africanos, desde o início do século passado.

Sem pretender exclusivismo, creio que aos brasileiros Silvio Romero e Gilberto Freyre coube o mérito de empunhar pioneiramente a bandeira da Lusofonia. Romero (1902) propôs um bloco linguístico, retomado por Silvio Elia (1989) e Freyre (1937) uma frente cultural, atualizada por Chacon (2002).

Tais projetos embasaram a constituição da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1989), que vem mobilizando a vontade política dos Estados nacionais. A avaliação do primeiro decênio de atividades põe em relevo sua “incipiência” e “dispersão” como consequência dos “caminhos diferenciados” e dos “processos de maturação política” vigentes em cada um dos estados membros. (PIM ; KRISTENSEN, 2007, p.319).

De qualquer maneira o movimento por ela desencadeado motivou a criação de várias instituições que estão fortalecendo a Lusofonia em frentes culturais (como é o caso do Instituto Camões) e acadêmicas (como por exemplo a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação).

Além dos oito congressos realizados no período 1997-2009 – Lisboa (1987), Aracaju (1998), Braga (1999), São Vicente (2000), Maputo (2002), Covilhã (2004), Santiago (2006) e Lisboa (2009) – a nossa federação vem publicando regularmente, desde 2004, o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, um repositório expressivo da produção acadêmica da Comunicação nos cinco países mais ativos desta mega-região cultural.

O nosso grande desafio tem sido a participação africana. Desde o início, somente dois países aderiram à federação, criando associações nacionais de ciências da Comunicação – Angola e Moçambique. Agora Cabo Verde começa a integrar-se. A expectativa é incluir nessa conexão os demais PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – e as comunidades lusófonas existentes no Timor, em Macau, Goa etc. Entretanto, as dificuldades persistem, sobretudo pela ausência de programas universitários de ensino e pesquisa da Comunicação, especialmente na Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe ou pela incipiência das atividades investigativas nos demais.

A impossibilidade de realizarmos o congresso 2007 em Angola atesta que as condições do país ainda não favorecem o florescimento de iniciativas dessa natureza. Demonstrando maior aderência, Moçambique abrigou o LUSOCOM 2002 e em 2008 o 1º Congresso Brasil-Moçambique, dedicado ao tema “Digitalização, Democracia e Diversidade”.

Academia

Tais referências ao mundo acadêmico suscitam a questão da nossa inserção na comunidade mundial das ciências da Comunicação enquanto bloco culturalmente identificado.

Sabemos que foi lenta a constituição do campo científico da Comunicação tendo como pano de fundo as convergências e as tensões entre os saberes profissionais, o pragmatismo empresarial, as estratégias governamentais e a investigação acadêmica.

Mas o processo de constituição de uma comunidade acadêmica mundial em nossa área de conhecimento, só emerge no período posterior à Segunda Mundial, contaminada evidentemente pela dinâmica da “guerra fria”.

Desde a fundação da IAMCR (Internacional Association for Media and Communication Research), em Paris, em 1957, foi se gerando a tensão entre investigação básica e investigação aplicada, entre os saberes profissionais e a reflexão crítica dos processos mediáticos.

O mundo lusófono se fez representar na fundação da entidade, através do brasileiro Danton Jobim. Dois fatores contribuíram para essa presença histórica. Primeiro, a circunstância de ser francesa a vanguarda que pugnou pela criação dessa entidade. Fernand Terrou e Jacques Kayser, artífices da nossa comunidade, eram cientistas sociais valorizados pela Unesco e por ela foram induzidos a criar a AIERI – Association Internationale des Études et Recherche sur l'Information. Segundo, Danton Jobim integrava o círculo dos pesquisadores estrangeiros prestigiados pelo Instituto Francês de Imprensa, onde ele estivera no primeiro semestre de 1957 dando um curso que logo virou livro, despertando o interesse para a natureza do jornalismo praticado na imprensa luso-americana. Foi natural que seu nome fosse incluído na lista dos professores convidados para comparecer ao evento fundacional da nova associação.

Entretanto, os primeiros congressos internacionais registraram escassa participação lusófona, tendo em vista a escalada dos regimes ditatoriais no Brasil e em Portugal. Essa presença só iria ser fortalecida no bojo da democratização de ambos os países.

O congresso de Barcelona (1988) constitui marco expressivo dessa participação lusófona na AIERI/IAMCR. Mais de uma dezena de brasileiros compareceu ao evento, sendo que três deles, cujas comunicações, escritas em inglês, foram incluídas nos anais do evento. Até então, apenas duas línguas mereciam reconhecimento da associação – inglês e francês. Foi justamente em Barcelona que o espanhol se tornou língua oficial.

Mas o congresso seguinte – Bled (1990) – contou com 25 comunicações de brasileiros (Marques de Melo, 1991), credenciando o Brasil para sediar o próximo congresso (Guarujá, 1992). Até aquela altura, a participação portuguesa era residual ou nula, tendo em vista a natureza recente dos estudos comunicacionais em universidades lusitanas. Mas notou-se ali a participação galega, ensejando um convênio de intercâmbio São Paulo – Santiago de Compostela.

A comunidade mundial da nossa área de conhecimento já se reuniu duas vezes no espaço lusófono. Depois do congresso do Guarujá, a IAMCR voltou ao Brasil em 2004 para realizar o congresso de Porto Alegre. Existe agora a expectativa de que Portugal venha ser sede de um dos congressos da década que se inicia em 2010.

Sabemos que investigadores das ciências da Comunicação encontram-se dispersos por muitos países e em todas as regiões do planeta, num processo singular de consolidação de suas instituições acadêmicas e profissionais, no quadro das revoluções científicas contemporâneas.

Desta maneira, estão criadas, no âmbito internacional, condições favoráveis ao intercâmbio dos investigadores lusófonos com os seus pares estrangeiros interessados em estudos comparativos ou cooperativos. Mas logo vamos percebendo que se trata de ponte muito estreita, pouco favorecendo o tráfego em mão dupla.

Tendo vivenciado “por dentro” a dinâmica da comunidade e a complexidade de um congresso internacional, não me foi difícil notar a muralha representada pela hegemonia anglófona no seio

dessa comunidade acadêmica internacional. Não se trata de comportamento premeditado ou ostensivo, mas de atitude em certo sentido orgânica, quase dissimulada.

Apesar da projeção conquistada pelo Brasil, figurando nos rankings de Guarujá, Sydney, Glasgow como o segundo país com maior volume de *papers* selecionados, o diálogo com os nossos pares de outras geografias não flui satisfatoriamente. Isso independentemente do fato de boa parcela dos *papers* brasileiros ser apresentada em inglês, a língua franca da comunidade acadêmica. A interação possível, naquelas oportunidades, se deu com os segmentos francófonos ou hispânicos, cuja proximidade cultural nos atraía mutuamente e cujo isolamento intelectual nos tornava mais solidários.

Logo depois do congresso mundial do Guarujá, promovemos em São Paulo o Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação. Foi a primeira tentativa de uma série de reuniões bi-nacionais entre pares que se comunicam sem necessidade de tradução. Continuadas periodicamente, elas se realizaram, ora na França, ora no Brasil. Tal iniciativa foi posteriormente testada com outros países – Itália, Inglaterra, Dinamarca, Espanha, Portugal, Canadá e Estados Unidos.

Desta maneira, criamos oportunidades de diálogo internacional, na medida em que continuávamos a incentivar a presença de delegações brasileiras nos congressos bienais da AIERI. Mas logo percebemos que o espaço da AIERI reduzia-se, cada vez mais, aos pesquisadores fluentes em inglês. Mais do que isso: motivados pelos temas de uma agenda sintonizada com a ótica dominante na vanguarda que gira em torno da órbita anglo-americana.

Sintomático disso foi a retirada francófona deste front. Ela não se deu ostensivamente, mas pode ser comprovada pela reduzida participação dos acadêmicos que se expressam em francês (inclusive belgas e canadenses). Isso, apesar do francês constituir língua oficial da AIERI. A participação francófona tem sido mantida pelo segmento que elegeu o inglês como segunda língua.

Outra evidência contundente é a criação de uma espécie de “gueto hispânico” nos congressos bienais da AIERI. Respeitando o dispositivo estatutário de que o espanhol é também língua

oficial da associação, os responsáveis pela programação das atividades segmentam os trabalhos inscritos em cada seção ou grupo de trabalho, isolando, no fim de cada jornada, aqueles escritos em espanhol. Após o intervalo, quando os grupos retornam aos recintos onde estão reunidos, percebe-se que somente ficaram os hispano-falantes. Os demais se retiram discretamente.

No congresso de 2004, em Porto Alegre, Margarida Kunsch, como porta-voz da ALAIC, reclamou publicamente dessa atitude, recebendo explicação plausível por parte de Kaarle Nordestreng. Ele justificou dizendo que os colegas anglo-falantes se retiravam das salas porque não eram capazes de ultrapassar a barreira idiomática.

O contra-argumento da professora Kunsch foi imediato. Se assim é, qual o sentido da presença dessas comunidades minoritárias no espaço internacionalizado que pretende ser a AIERI? A solução evidente seria a tradução simultânea, mas esta se inviabiliza pelo custo elevado dos honorários profissionais.

Estratégias

Torna-se cristalina, portanto, a necessidade de espaços onde os pesquisadores que possuem afinidades culturais possam se reunir e dialogar sobre o avanço do saber comunicacional. O exemplo mais interessante é o dos países nórdicos. Eles formaram o NORDICOM, valendo-se do inglês como língua franca. No caso ibérico, sequer precisamos recorrer a um idioma-ponte, tendo em vista que o espanhol e o português são facilmente compreensíveis através da leitura e oportunhol funciona naturalmente como artifício de expressão oral.

Mais forte do que o argumento da operacionalidade comunicativa é o da contigüidade simbólica, pois vivemos em sociedades que possuem relações econômicas, políticas e culturais mais cercanas do que as decorrentes de outras articulações geo-políticas.

Por que não potencializar esses fatores convergentes para constituir uma comunidade ibero-americana de ciências da Comunicação? Com que argumento? O dos ventos que sopram favoravelmente? Eles evidenciam uma série de fatores sinérgicos.

A celebração do bicentenário da independência nacional nos países antes dominados por lusitanos e castelhanos na América

constitui momento propício para cicatrizar as feridas remanescentes do período colonial. Chegou o momento de sacudir a poeira histórica, estancando as tristezas do passado para embalar as alegrias do futuro.

Se fizermos um inventário das nossas conquistas geopolíticas, nos últimos 200 anos, vamos observar que percorremos trajetórias semelhantes na periferia do capitalismo. Da mesma forma que a América Latina sofreu a marginalidade típica do subdesenvolvimento gerado pelo pacto colonial, a Península Ibérica amargou o ostracismo a que são condenados os impérios decadentes, convertidos em satélites das potências hegemônicas.

Essa condição de mútua subalternidade, durante o século XX, de certo modo nos reaproximou. Fomos capazes de ultrapassar mágoas históricas e ressentimentos contemporâneos, engendrando formas de cooperação solidária. Nas crises de escassez de trabalho e de penúria alimentar acolhemos, lá e cá, contingentes migratórios, bem como nos momentos de déficit democrático asilamos perseguidos políticos e dissidentes ideológicos.

E agora que nos defrontamos com o imperativo da globalização econômica, nada mais plausível que a formação de aliança estratégica no sentido de garantir espaço próprio na geografia planetária. Ao invés de gravitar secundariamente em torno de eixos aleatórios, podemos praticar a solidariedade política e a cooperação econômica, de modo a favorecer nossa própria órbita cultural.

A fisionomia multicultural do processo de globalização pressupõe a união dos “povos parentes” no sentido de preservar “identidades” que garantam a ocupação de espaços na geografia do mundo novo. Superar os ódios e os preconceitos enraizados no passado constitui o primeiro passo para a cooperação duradoura.

Nesse sentido, vale a pena reproduzir a oportuna lição de Chacon (2005, p.39):

O nacionalismo é bom servo e mau senhor. Só deve ser defensivo, pragmático, autolimitado instrumento, nunca um fim em si mesmo. O melhor é o universalismo (inter)nacionalista e (inter)regionalista, respeitador das diferenças, rumo à equitativa divisão internacional do trabalho baseada em custos competitivos e socialmente complementares; não apenas integração dos sistemas mundiais de produção e comercialização por cima das fronteiras

e sim também livre trânsito de pessoas e informações. [...] Não se pode privilegiar impunemente o passado, o passado passou, o que fica é o legado, saudades só as do futuro...

Em função disso, nada mais útil do que sua recomendação estratégica.

Espanha e Hispano-América, Portugal e Brasil vivem em mundos diferentes, têm objetivos próprios, são mundos diferentes cada vez mais pelos diferentes e composições internas e externas que assumem. Cumpre buscar novos reencontros, outras convergências (CHACON, 2005, p.15).

Finalmente, é importante recordar seu recado particular aos intelectuais lusófonos.

A lusofonia é fundamental para a identidade nacional interna de Portugal, Brasil, afro-lusófonos e timorenses diante dos vizinhos e do mundo. Lusófonos e hispanófonos precisam aprender a língua do outro, até se tornarem bilingües, trilingües com o inglês hoje, mais adiante com o idioma do próximo co-hegemônico, porque não se deve aceitar a unilateralidade. Quanto mais culturas, em geral, se conhecerem, tanto menos se estranharão e entrarão em conflito.. (...) Não só as etnias, mas também os idiomas e as culturas não podem ser excludentes, xenofóbicos (CHACON, 2005, p.11).

No plano acadêmico, a correlação de forças mostra-se favorável à constituição de uma comunidade acadêmica ibero-americana. Algumas evidências saltam à vista. A superação dos antagonismos regionalistas que distanciaram as comunidades habitantes dos espaços lusitanos e hispânicos permitiu, no início do novo século, a formação de comunidades acadêmicas nacionais.

Portugal adiantou-se, principalmente pela ausência do componente lingüístico, que continua a perdurar na Espanha. O fato de o português dominar todo o território nacional facilitou imensamente a criação e consolidação da SOPCOM. Aglutinando pesquisadores da capital e das províncias, essa nova entidade ganhou legitimidade no processo de intercâmbio com o Brasil e os países africanos de expressão lusitana. Depois, resgatou seus laços com a vizinha Espanha, promovendo colóquios ibéricos.

O caso espanhol é mais complexo, não apenas porque se trata de uma constelação de comunidades autônomas, na qual vigora

o plurilinguismo, mas em virtude da tensão política, herança da guerra civil, que o regime democrático não conseguiu sepultar. A tutela das universidades renomadas em relação às instituições emergentes ainda causa fissuras no relacionamento acadêmico. Todavia, o realismo político prevaleceu oportunamente, conduzindo ao pacto de Sevilha, quando os decanos da comunidade de ciências da Comunicação concordaram em confiar a Miquel de Moragas e outras lideranças históricas da área a tarefa de estruturar a AE-IC. O processo se completou em fevereiro de 2008, quando se reuniu o primeiro congresso nacional, sob as bênçãos de Santiago de Compostela.

Estão criadas, portanto, as condições mínimas para a formação de uma confederação ibero-americana de ciências da Comunicação, capitalizando o legado acumulado pelos nossos pioneiros.

A integração das universidades européias ao Protocolo de Bolonha pressupõe cooperação internacional com os “países parentes” e com os “vizinhos próximos ou distantes”. O diálogo com os parentes exige o aprendizado do português e do espanhol como segunda língua estrangeira, sem minimizar a aprendizagem da língua inglesa. Desta maneira, será possível, a curto prazo, criar fluxos de circulação das publicações nas duas línguas.

Como estratégia de ocupação de espaços na comunidade mundial torna-se indispensável que as vanguardas acadêmicas dominem o inglês para se comunicar fluentemente. Enquanto isso, o conjunto da comunidade pode se reunir nos IBERCOM ou LUSOCOM para intercambiar conhecimentos, sem pretensões de hegemonia, de parte a parte.

É sem dúvida um espaço que pode se transformar numa espécie de fórum para aglutinação tática, no sentido de alcançarmos a unidade por meio dos objetivos estratégicos já referidos. O que não tem sentido é continuar uma guerra surda pela conquista de adesões pessoais ou grupais. A partir daí será possível chegar a porto seguro que nos garanta presença significativa na geografia planetária, comunicando amplamente a riqueza de nossa diversidade cultural.

Passo importante foi dado na Ilha da Madeira, de 16 a 19 de abril de 2009, onde foi gestada a integração de todas as associa-

ciações nacionais e regionais em uma federação ibero-americana de ciências da Comunicação, criando sinergia para defender nossos interesses comuns no seio da comunidade mundial. Visando promover ação eficaz para intervir de forma consequente na arena global, estará acontecendo o I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-americana, na cidade de São Paulo, no período de 3 a 6 de agosto de 2011. Trata-se de iniciativa destinada a reunir forças para ocupar os espaços institucionais que ambicionamos legítimamente.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia. **Globalização e identidade nacional**. Recife: Bagaço, 2002.

BALSEMÃO, Francisco Pinto. Desordem informativa mundial. In: LEDO, Margarita (Org.). **Comunicación na periferia atlântica**. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1996. p. 30-46.

BOLAÑO, César. Economia política, globalização e Comunicação. In: BOLAÑO, César (org.). **Globalização e regionalização das comunicações**. São Paulo: EDUC, 1999. p. 73-96.

CARDOSO, Fernando Henrique; SOARES, Mário. **O mundo em português**. Rio: Paz e Terra, 1998.

CHACON, Vamireh. **A grande ibéria**. São Paulo: Edunesp, 2005.

_____. **O futuro político da lusofonia**. Lisboa: Verbo, 2002.

CERVO, Amado. **Depois das Caravelas**. Brasília: EdUnB, 2000.

FREYRE, Gilberto. **O Brasileiro entre os outros hispanos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____. **Além do apenas moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

_____. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Nacional, 1971.

HACHTEN, William. **El prisma mundial de las notícias**. México: Prisma, 1989.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações**. São Paulo: Objetiva, 1997.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARQUES DE MELO, José. **História política das ciências da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

_____. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. Indústria cultural lusófona. In: BOLAÑO, César (org.). **Globalização e regionalização das comunicações**. São Paulo: EDUC, 1999. p. 98-114.

_____. Uma comunidade cultural sem fronteiras físicas ou tecendo a identidade cultural luso-afro-brasileira, **Comunicação & Sociedade** 23. São Bernardo do Campo: Metodista, 1995. p. 9-24.

_____. **Communication for a New World**. São Paulo: ECA-USP, 1993.

_____. **Communication and Democracy**. São Paulo: ECA-USP, 1991.

MARTINS, Moisés; SOUSA, Helena; CABECINHAS, Rosa. Lusocom: estudo das políticas de Comunicação e discursos no espaço lusófono. In: LEDO, Andiñón, Margarita (org.). **Comunicación local no espazo lusófono**. Santiago de Compostela: Agacom, 2007. p. 301-310.

MATTELART, Armand. **Diversidade cultural e mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.

MIÉGE, Bernard. A multidimensionalidade da Comunicação. In: BOLAÑO, César (org.) **Globalização e regionalização das comunicações**. São Paulo: EDUC, 1999, p. 13-28.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PIM, João Esteves; KRISTENSEN, Bárbara. Comunicação Lusófona: conceitos, atores e estratégias, In: LEDO, Andiñón, Margarita (org.). **Comunicación local no espazo lusófono**. Santiago de Compostela: Agacom, 2007. p. 311-336.

ROCHA, Paula Melani; SOUSA, Jorge Pedro. **Rumos do jornalismo na sociedade digital: Brasil e Portugal**. Porto: Edições UFP, 2008.

TREMBLAY, Gaetan. La sociedad de la información. In: LEDO, Margarita (org.). **Comunicación na periferia atlántica**. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1996. p.31-38.

